

A distribuição de poder do Sistema Internacional e a influência dos atores não estatais na sociedade brasileira

*Guilherme Luchetti Cortinhas**

Introdução

No decorrer da história, a ordem internacional apresentou o arranjo unipolar (Império Romano, o Concerto Europeu de 1815 a 1914 etc.) e o bipolar (Guerra Fria). Atualmente é visível a hegemonia norte-americana, porém de forma menos absoluta que em outras oportunidades quando o mundo assistiu à liderança de um país. Este fenômeno é provocado pela ascensão de diversos entes, dentre eles os estados modernos, organizações internacionais governamentais (OIG) e outros elementos não estatais (PECEQUILO, 2012).

Para o entendimento de como se organiza o ambiente político internacional, torna-se imprescindível o entendimento do que são os estados modernos. Estes são estruturas políticas idealizadas após a Guerra dos Trinta Anos, que levou ao concerto de Westfália, em 1648, rompendo aos poucos a tradição feudal. O cerne desta concepção é a existência de um poder soberano dentro de um espaço físico que controla um povo atra-

vés de instituições. Weber afirma, no ensaio *A Política como Vocação* (2003, apud ANGARITA, 2013), que o Estado visa ao monopólio da força no seu território, organizado por normas jurídicas.

Organização internacional governamental é um grupo não estatal formado por países que visam a metas comuns, cedendo parcela de seus poderes na ordem mercantil, política, humanitária etc. São caracterizadas pela adesão voluntária de seus integrantes, pelo fato de costumeiramente possuírem uma sede, de adotarem normas jurídicas e possuírem capacidade financeira própria (ALFAIA, 2008). Exemplos de OIG são a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No ambiente internacional e doméstico, a interligação entre governos e suas sociedades faz crescer a relevância dos atores não estatais, que vislumbram atingir os

* Maj Cav (AMAN/03, EsAO/13). Atualmente, é aluno da ECEME.

objetivos propostos pelo Estado na medida em que este não supre as demandas exigidas por seus cidadãos. Isto explica a crescente influência dos mesmos também no Brasil (PECEQUILO, 2012).

Esse fenômeno é evidenciado com o desenvolvimento da tecnologia, que acelera a troca de informações em rede, intensificando fluxos de capital, bens, pessoas e principalmente dados. Isto é parte da globalização, que também mobiliza a opinião pública e, por consequência, condiciona a atitude dos agentes do Estado concebido em Westfália (ABERS e BÜLOW, 2011).

Soberania

Na Idade Média, entendia-se a soberania como um poder sem limites. Havia a concentração de poder nas mãos do governante, encarado como divinamente nomeado. O conceito de soberania foi elaborado também pelo jurista francês Jean Bodin, autor da obra *Os seis livros da República*, em que a conceitua como poder perpétuo e limitado apenas perante as leis divina e natural. O termo soberania estava então em íntima conexão com a definição do Estado.

Thomas Hobbes reforça a teoria de soberania, afirmando sua origem política. A autoridade recebida pelo governante por meio de um contrato é absoluta, uma vez que houve total transferência dos poderes por parte dos súditos (HOBBS, 2003).

Para Rousseau, a soberania é do povo, e a legislação figura como expressão da vontade geral. A função do soberano é, de

executar as leis, sendo esta função revogável a qualquer momento (ROUSSEAU, 1978).

Atenuando a organização dos Estados concebidos desde o século XVII, a Carta da ONU (1945) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) vislumbraram a relativização do poder estatal. Somando-se a isto, nas últimas décadas os Estados têm criado organizações internacionais e transferido parte de seus poderes a elas com a intenção de progredir em alguma área, como economia e política (AMARAL, 2008).

Criada em 1945, a ONU visa à supranacionalidade das nações por meio de um organismo que quebraria a hegemonia de um grupo seletivo de nações. As resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas impelem os Estados a tomarem medidas que estabeleçam a paz internacional. No entanto, o conjunto formado em um sistema de rodízio, mas permanentemente ocupada pelos EUA, Rússia, França, China e Inglaterra, mostra sinal de falência. As guerras do Afeganistão e Iraque, somadas à crise financeira de 2008 e ao surgimento de lideranças regionais clandestinas, sinalizam a falta de legitimidade nas estruturas da governança mundial (MAGNOTTA, 2011).

Teorias das relações internacionais

O estudo das relações internacionais é indispensável ao entendimento do mundo globalizado. Na virada do século XIX para o XX, estava dirigido à manutenção do *status quo* que privilegiava americanos e ingleses. Neste contexto, surgiram correntes de pen-

samento para explicar tal fenômeno (ELÍ-BIO, 2006).

Uma delas, o Realismo, considera o poder como elemento central das relações internacionais e está embasado nas concepções estabelecidas por Thomas Hobbes. Para ele, todos os Estados, apesar de se relacionarem, vivem em estado de anarquia devido à ausência de um poder supranacional que regule a sociedade internacional. Desta forma, surge a busca constante pelo poder, em que cada Estado soberano tenta maximizar sua força sobrepondo-se aos mais fracos. Esta é a característica principal do estado de natureza, conhecido também como sendo o dilema da segurança (HOB-BES, 2003).

As Relações Internacionais como ciência surgiram nos anos 1920, sob o ideal do Idealismo, que considera a natureza humana essencialmente boa. Teve Kant como seu pensador mais relevante e acreditava que o livre comércio e a democracia eram capazes de garantir a paz e prosperidade no cenário internacional, pois tais promoveriam a cooperação e soluções de conflitos via negociação. Considera-se importante o papel desempenhado pelo Direito Internacional, sendo este o fundamento de uma ordem regulada por meio de organizações (KANT, 2008).

A despeito deste cenário pretendido, os anos 1930 destacaram a luta pelo poder em detrimento do desejo de paz mundial. Neste aspecto, para as Relações Internacionais, a Teoria Realista era a única capaz de explicar os aspectos da realidade internacional (HOB-BES, 2003).

Desde então, as teorias das relações internacionais têm passado por uma renovação constante. Daí o surgimento de conceitos como o *hard*, *smart* e *soft power*. O *soft power* descreve a habilidade de um ator do Sistema Internacional em influenciar o comportamento de outros por meios ideológicos (cultura e valores). O termo se contrapõe ao conceito de *hard power*, no qual os instrumentos de um ente coagem outros. Para tanto, há o emprego em massa das expressões militar, política e econômica do poder nacional por parte de quem assim o pretende. A combinação de ambos os conceitos, a capacidade de usar a força, somada à condição de inspirar e influenciar, formam o *smart power* (NYE, 2009).

O termo Estado foi alvo de explicações sob distintas ópticas. Maquiavel (1469-1527) estava convencido de que o ser humano é corruptível e tende a ser amoral. Posto isso, deve o soberano (príncipe), em seu Estado, regular seus habitantes a fim de preservá-los de perigos domésticos ou externos. Maquiavel descreve a razão de Estado acima de qualquer outra consideração, pois fortalecem a capacidade de controlar o ambiente (MAQUIAVEL, 2017).

Thomas Hobbes (1588-1679) defende o poder de Estado ilimitado. De acordo com sua filosofia, são legítimas todas as ferramentas que garantam os objetivos do Estado, como a paz, a segurança e o bem-estar da população (HOB-BES, 2003).

Jellinek (1851-1911) avançou no conceito de Estado, identificando seus componentes. Este se constitui de um território; das pessoas que habitam nele; e do poder que regula esse conjunto (MARTIN, 2015).

Opinião pública e o Estado

O problema central para o entendimento do papel da opinião pública no processo de construção da agenda de um Estado é compreender como surgem as demandas por uma política. Embora frequentemente se suponha que esse processo começa com a expressão pública de alguma preocupação com alguma política, isso nem sempre acontece. A agenda oficial do governo é usualmente dominada por oportunidades rotineiras mais que por aquelas geradas por eleições (AMARAL, 2017).

Diante desta realidade, os meios de comunicação desempenham um papel muito ativo, influenciando e refletindo a construção da agenda. Influencia a formação de políticas ao gerar a atenção do público e, através dela, a pressão política para que certos atores passem a atuar sobre uma questão particular. A cobertura da mídia, porém, não apenas aumenta as percepções e atenção públicas sobre várias questões, mas as constrói, definindo-as como econômicas ou políticas, sociais ou pessoais, radicais ou conservadoras (ALMEIDA, 2002).

Uma grande ilustração da influência da opinião pública diante de eventos importantes ocorreu na virada desta década no mundo árabe. A Primavera Árabe atingiu a Tunísia, Egito, Bahrein, Síria, Líbia, Jordânia, Marrocos, Argélia, Iêmen, Omã e Djibuti. A Internet e as mídias sociais foram consideradas fundamentais e por isso foram conferidos rótulos deste fenômeno como “Revolução Twitter” e “Revolução Facebook”. As primeiras apropriações destes meios como forma de pressão por alguma sociedade ante as es-

feras de poder ocorreram na Moldávia e no Irã em 2009 (ROCHA, 2017).

Tais instrumentos foram orientados à opinião pública estrangeira devido ao baixo nível de inclusão digital destas nações. Assim, os usuários engajados nestes movimentos procuraram cercear a liberdade de ação dos seus opositores através do apoio internacional, enquanto a mobilização interna ocorreu predominantemente por meios tradicionais. De acordo com a Internet Usage Statistics, em 2010, os usuários de Internet na Tunísia contabilizavam apenas 33,9%, no Egito 24,5%, no Marrocos 41,3% e na Líbia apenas 5,4% (HOWLETT, 2000).

Ao mesmo tempo, a mesma revolução digital facilitou a atuação de grupos extremistas. A divulgação de vídeos do Estado Islâmico (EI) é a prova do aproveitamento da tecnologia para produzir e disseminar mensagens e imagens, como a decapitação do norte-americano Nicholas Berg, em 2004. As imagens foram divulgadas na página da Internet do grupo dirigido por Abu Musab al-Zarqawi, chefe da Al-Qaeda no Iraque. Desde então, o EI se afirmou como o primeiro grupo radical a explorar plenamente o potencial da revolução digital, utilizando a guerra psicológica ao seu favor (ROCHA, 2017).

Atores não estatais

Nas relações internacionais, ator significa o ente que cumpre determinado papel na sociedade internacional com capacidade de influir significativamente neste ambiente. Pode-se fragmentar esta noção em atores estatais e não estatais (CASTRO, 2012).

Um tipo de ator não estatal influente é representado pelas grandes corporações transnacionais, integrantes do segundo setor (setor produtivo ou mercado). Visam à maximização do lucro por meio da competitividade internacional. Exemplos: GE, GM, Shell, WalMart, Petrobras, Vale, Microsoft etc. Elas exercem expressiva capacidade de influência na globalização pela lógica da governança corporativa (CASTRO, 2012).

A globalização econômica, que ganhou impulso no final do século XX, levou à proliferação de acordos regionais e a um crescente fluxo comercial, tendo como resultado a formação de blocos continentais. São exemplos a União Europeia (UE), a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (MARQUES, 2008).

Outros conjuntos têm atuado de maneira relevante no cenário internacional, principalmente a partir dos anos 2000: organizações internacionais de partidos políticos (Fórum de São Paulo, Internacional Comunista etc.), organizações sindicais transnacionais, organizações religiosas e organizações criminosas ou terroristas, como a Al-Qaeda, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia, além do Sendero Luminoso, no Peru (LESSA, 2005).

A partir de então, ficou claro que as guerras interestatais também enfrentam grupos, conduzindo uma guerra híbrida, em que se mistura a guerra convencional com a irregular (LOPES, 2017).

A globalização é cenário deste fenômeno. Segundo Boaventura de Souza Santos, tal consiste em:

Um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social: dos sistemas produtivos e financeiros à revolução das tecnologias e práticas de informação e de comunicação; da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais; das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas; das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais; das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado.

Neste contexto, há o terrorismo internacional, que tem sido a ameaça mais desafiadora para a comunidade internacional. O jihadismo é uma de suas modalidades e mira a sociedade ocidental através de ações agressivas, como observadas no conflito da Síria e nos muitos atentados em solo europeu (Paris, Bruxelas, Londres, Nice etc.). Em paralelo, a ameaça do terrorismo nuclear está associada à Al-Qaeda, disposta a usar tais artefatos (MARTIN, 2015).

Isto também se evidencia na guerra síria, com múltiplos atores estatais e não estatais (**Tabela 1**). Este cenário deve ser entendido na disputa entre as grandes potências. Destacam-se a Rússia e China de um lado (pró-regime sírio), e de outro os Estados Unidos e a União Europeia (oposição). Há ainda diversos atores não estatais, como os grupos terroristas Hezbollah e o Estado Islâmico. Ocorre também a “guerra por procuração”, em que os países mais interessados no conflito patrocinam entidades não estatais para travarem guerras em seu lugar (LUCENA, 2017).

Tipo de ator	Apoia o governo	Faz oposição ao governo
Atores globais	- Rússia; - China.	- EUA; - Reino Unido; - França.
Atores regionais relevantes	- Irã.	- Turquia; - Arábia Saudita
Atores multilaterais	- Organização de Cooperação de Xangai (não-oficialmente).	- Liga Árabe; - Conselho de Cooperação do Golfo; - União Europeia; - OTAN.
Atores não estatais	- Hezbollah.	- Conselho Nacional Sírio (CNS); - Exército da Síria Livre (ESL); - Comitê de Coordenação Nacional para a Reforma Democrática (NCCRD); - Comissão Geral da Revolução Síria (CGRS); - Comitê de Coordenação Nacional das Forças de Mudança Democrática (CCNFMD); - Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias (CNFORS); - Partido da União Democrática (PYD); - Jabhat al-Nusra; - Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (EI).

Tabela 1 – Principais atores na guerra civil da Síria

Fonte: LUCENA, 2017

Atores não estatais no Brasil

A partir dos anos 90, houve o crescimento das redes sociais temáticas no Brasil: gênero, faixas etárias, questões ecológicas, socioambientais, étnicas, raciais e religiosas (BEZERRA, 2016). Caracterizam-se por possuírem uma identidade coletiva e, desde que respondam a critérios de licitude, recebem verba pública a fim de auxiliar a atuação do governo brasileiro nas diferentes esferas (FILHO, 2015).

Como exemplo, a causa ambiental tem influenciado a implementação de ações públicas com as ONG ocupando o centro do processo. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol é o maior exemplo disso. Após a assinatura de um decreto presidencial em 2005 e um longo período de influência das ONG como o Conselho do Povo Indígena Ingaricó

e a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima, o Supremo Tribunal Federal aprovou a retirada dos não índios da área.

O que causou indignação por parte dos contrários à decisão se deve ao fato de que ao longo da história, os indígenas se integraram à sociedade. Desde o início, houve reciprocidade com os recém-chegados em território indígena: em troca do consentimento da ocupação dos campos adjacentes às aldeias, os posseiros lhes ofereciam bens industrializados (tecidos, ferramentas, utensílios de pesca, aguardente, sal e açúcar). Houve também o recrutamento de crianças indígenas para lidar com o gado. Além disso, existem muitos índios que não falam a própria língua, não sabem caçar e estão totalmente dependentes da economia regional. Prova disto é que ainda persiste o

envolvimento dos mesmos em atividades ilegais como o garimpo, tráfico de drogas e de madeira (BRAGA e SILVA, 2011).

Enquanto as ONG são associações do terceiro setor sem fins lucrativos que representam a sociedade em determinados problemas comunitários, os movimentos sociais são ações coletivas de parte da população que expressam suas demandas por meio de marchas, concentrações, passeatas etc. Atuam por meio de redes e utilizam meios de comunicação como a Internet (GOHN, 2004).

Observam-se iniciativas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento Negro, que provocou a política de cotas nas universidades (BEZERRA, 2016).

O MST surgiu em 1984, na cidade de Cascavel, e promoveu ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul na primeira metade da década de 80. O MST conquistou um espaço importante ao conseguir se organizar, ter força política e desafiar os poderes constituídos (COMPARATO, 2001).

Para se ter uma ideia da força política conquistada pelo MST, em 1999, as informações sobre o mesmo (áreas ocupadas, acampamentos, escolas de formação de militantes etc.) passaram a ser sistematicamente compiladas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Dois acontecimentos importantes obrigaram o governo a dedicar maior atenção ao MST: o confronto em Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, e a Marcha a Brasília (COMPARATO, 2001).

Um dia depois do evento em Carajás, o ministro da Agricultura José Eduardo

Andrade Vieira foi destituído. Logo em seguida, o Ministério da Agricultura foi desmembrado, com a recriação do Ministério da Reforma Agrária. De 1995 até o final de 2000, foram realizados cinco encontros importantes entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o MST.

Durante muito tempo, o continente latino-americano tem sido considerado como um dos mais pacíficos do planeta. Contudo, a região também apresenta significativos desafios de segurança originados pelos denominados atores não estatais violentos. Observe-se, por exemplo, o impacto dos cartéis de narcotraficantes no México (ÁVILA, 2014).

O crime organizado no Brasil tem o tráfico de drogas como atividade principal. Por ser ilegal, obriga à existência de uma segurança armada, o que leva ao tráfico de armas, aumentando a demanda por outras fontes de renda (roubo de veículos e cargas por exemplo), além de provocar a lavagem de dinheiro. O terreno mais fértil para que este cenário prosperasse foi nas favelas, onde o abandono do Estado é mais latente (RIBEIRO, 2010).

A cidade do Rio de Janeiro tem mais de 700 favelas. O tráfico de drogas está presente em quase todas (Rocinha, Maré, Alemão, Borel, Mangueira, Manguinhos, Jacarezinho, Turano, Acari, Vigário Geral, Providência etc.), o que representaria grande parte da população em áreas sob controle do tráfico. Destacam-se o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) (HARTMANN, 2011). Para o bom entendimento deste mecanismo, pode ser citado o Comando Vermelho. Este é uma das grandes

organizações criminosas brasileiras, surgida em 1979 na prisão Cândido Mendes, em Ilha Grande (Estado do Rio de Janeiro).

A facção cresceu dentro do presídio com verba oriunda de atividades criminosas daqueles que estavam em liberdade. Na década de 1980, os foragidos colocaram em prática os ensinamentos adquiridos com terroristas, também presos no mesmo local. Assim, houve a prática de numerosos assaltos e sequestros. O dinheiro serviu para custear tentativas de fuga e melhorar as condições dos presidiários. Com o tempo, o comércio ilegal de drogas passou a ser uma oportunidade de aumentar os lucros.

O Comando Vermelho se concentra no Rio de Janeiro, mas espalhou células em ao menos dez outras unidades da federação. Com isso, na década de 1990, influenciou a criação do Primeiro Comando da Capital no Estado de São Paulo. Hoje, as duas organizações criminosas disputam a venda de drogas nas fronteiras do Brasil com Bolívia, Paraguai e Colômbia (HARTMANN, 2011).

Outra facção, o Terceiro Comando, surgiu como concorrente do Comando Vermelho em meados da década de 1990. Passou a deter pontos de venda nas zonas Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, aliou-se a uma outra organização, Amigos dos Amigos, o que aumentou consideravelmente sua projeção.

No início dos anos 2000, surgiu uma dissidência, o Terceiro Comando Puro. Tal se explica pela revolta no complexo prisional de Gericinó, ação de Fernandinho Beira-Mar, do Comando Vermelho. Na oportunidade, foram mortos líderes do Terceiro Comando, como Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê. Um

dos expoentes da facção Amigos dos Amigos, Celsinho da Vila Vintém, foi acusado de traidor. Assim apareceu o Terceiro Comando Puro, que hoje controla o complexo da Maré e áreas como Acari, Complexo da Serrinha, Vigário Geral, Muquição, Dendê, Vila Aliança, Fumacê, Senador Camará e Parada de Lucas (ÁVILA, 2018).

A organização criminosa Amigos dos Amigos também nasceu para diminuir a influência do Comando Vermelho. Em 2004 a facção controlava a Rocinha, maior favela do Rio (HARTMANN, 2011).

O Brasil faz parte da rota internacional da cocaína que sai da Bolívia, Peru e Colômbia com destino à Europa e aos Estados Unidos pela Amazônia em direção aos portos de Santos e do Rio de Janeiro. A partir dos anos 1990, a rota que liga o Paraguai a São Paulo e Rio de Janeiro passou também a ser usada para o tráfico de armas (fuzis AK-47, AR-15 etc.) para abastecer as facções criminosas (MISSE, 2010).

Em paralelo, ocorre o fenômeno das milícias também no Rio de Janeiro, bandos armados que controlam territórios se aproveitando da ausência estatal, coagindo a população destas localidades a consumirem seus serviços e mercadorias ilegais (distribuição de gás, internet, televisão a cabo e transporte público alternativo) (MISSE, 2010).

Por esse quadro, a partir dos anos 90, gradualmente as Forças Armadas vêm sendo empregadas em ações de policiamento ostensivo no Rio de Janeiro e em operações fronteiriças a fim de combater a entrada de drogas e armamentos. O ano de 2018 é ápice das evidências de o quanto organizações criminosas como atores não estatais afetam o

governo em diferentes esferas. O Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, formalizou a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, nomeando para o cargo de interventor o general de exército Walter Souza Braga Netto. Além disso, o decreto 9.360, de 7 de maio de 2018, assinado pelo presidente Michel Temer, reestruturou o Ministério da Justiça a fim de criar o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Conclusão

Chega-se ao entendimento de que o Sistema Internacional é um ambiente complexo, pois ocorrem as mais variadas formas de conexão. Para explicar a maneira como entes estatais e não estatais podem-se relacionar, utilizam-se teorias como o Idealismo e o Realismo. A primeira prega uma sociedade internacional regulada pela moral, em que prevalece a cooperação espontânea entre as nações por meio de órgãos supranacionais. A segunda teoria não crê no arranjo pretendido pelo Idealismo, devendo os Estados buscar seus interesses e unir-se quando for conveniente.

Outras teorias, como a da Incerteza, vislumbraram um cenário de instabilidade generalizado, em que há dificuldade do Estado em controlar a ascensão dos atores não estatais. Como exemplo, nos EUA, o combate ao terrorismo, materializado pela Doutrina Bush, provocou altos gastos militares (610 bilhões de dólares em 2017, segundo o Departamento de Defesa americano).

As facções criminosas são outro tipo de ator cuja relevância desafia o poder do

Estado. O emprego das Forças Armadas no combate ao narcotráfico no México, Brasil, Colômbia e Peru são prova disto.

Sob o viés financeiro, a dependência do Estado ante os atores não estatais explica a intervenção pública em favor de corporações privadas por ocasião da crise de 2008. Para amenizar a situação caótica, o governo dos EUA comprou as agências imobiliárias Freddie Mac e Fannie Mae. Ao mesmo tempo, Alemanha, Áustria, França, Países Baixos e Itália anunciaram pacotes de mais de um trilhão de euros em socorro ao seus sistemas financeiros.

Outro aspecto da modernidade é que atualmente os governos de alguma forma são influenciados por instituições internacionais. As OIG comerciais são instrumentos que permitem aos países desenvolvidos manterem seu patamar financeiro e, ao mesmo tempo, contribuem ao enriquecimento de emergentes e periféricos, à medida que facilitam a diversificação de investimentos estrangeiros. Os Estados Unidos, integrantes do Sistema Internacional que mais influencia nas relações internacionais e na liberdade de ação dos demais, empregam de forma clara essa estratégia. O Brasil também se utiliza deste recurso, como visto no âmbito da OMC, MERCOSUL, BRICS e G20.

Ainda no Brasil, para caracterizar a influência dos agentes não estatais que desafiam a liberdade de ação governamental, cita-se a problemática das facções criminosas. A maior prova de o quanto o Estado tem seu poder desafiado se mostra pela ineficácia da segurança pública ante o narcotráfico.

Em um país com ampla extensão territorial, limítrofe com os maiores produtores

mundiais de cocaína e maconha, importante elemento da rota internacional do tráfico de entorpecentes, com dificuldades no aparelhamento das polícias e que possui parcela considerável da população em condições atrasadas, é imperativo o amplo investimento do Estado na solução deste problema.

Quanto às organizações não governamentais, no ambiente brasileiro são mantidas pelo setor privado e público, visando unir ciência, Estado, mercado e sociedade. Estas iniciativas propõem uma nova forma de organização social. No entanto, o volume de recursos financeiros destinados a muitas destas organizações inspira controle.

Outro grupo não estatal que interfere na ação governamental no Brasil são os movimentos sociais. Nos últimos anos, se destacou o MST, que protagonizou invasões a grandes propriedades rurais visando à realização da Reforma Agrária. Embora o auge do movimento tenha ocorrido dos anos 1990 até meados dos anos 2000, seus reflexos observam-se até a atualidade, pois, ao longo destes anos, o envolvimento do MST na política conferiu força aos partidos políticos de esquerda.

Há que se considerar também a opinião pública como fator preponderante no cenário político doméstico e internacional. Desde a Guerra do Vietnã, o primeiro conflito de grandes proporções televisionado ao vivo, até os dias de hoje, o Estado tem sido afetado pela capacidade da imprensa neste tema. No Brasil isso não é diferente,

demonstrado pelos noticiários voltados aos principais eventos contemporâneos, como as manifestações de 2013, a Operação Lava Jato, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (tendo a sociedade como ampla impulsora do processo) e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Ao analisar o Sistema Internacional e de que maneira este influencia a ação governamental, pode ser observado que o processo de globalização transformou o espaço geográfico no Brasil e no mundo. Surgiram novas configurações que diminuíram o poder do Estado em questões sociais, cidadania, soberania, hegemonia e economia. Nas sociedades em desenvolvimento, como a brasileira, há inúmeras demandas (saúde, educação, emprego etc.), potencializando a ação dos atores não estatais.

Nota-se que os mecanismos de proteção à transparência são fundamentais ao progresso. Esta condição pode unir a liberdade de ação que o Estado ainda possui com a pressão exercida pela sociedade diante da política doméstica e externa.

Conclui-se também que Estados com maior poder (militar, político e econômico) preservam melhor sua capacidade de coerção diante de outros países no sistema global na defesa de seus interesses, tornando imperioso que os demais trabalhem no sentido de também se fortalecerem. 🌐

Referências

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Porto Alegre: Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 52-84.

AGUIAR, Laís Bretones de. **A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8288/1/2014_LaisBretonesdeAguiar.pdf>. Acesso em 10 de março de 2018.

ALFAIA, José Roberto Gioia. **O impacto da atuação das Organizações Não Governamentais Transnacionais na elaboração de políticas públicas do Estado brasileiro na Região Amazônica**. Brasília: UnB, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Inês. **“Primavera Árabe”**: o mito das revoluções Twitter e Facebook. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

AMARAL, Renata Vargas. **A desconstrução da soberania dos Estados e o surgimento de novos atores no Direito Internacional**. Curitiba: Revista Ius Gentium, 2008.

ANGARITA, Antonio. **Estado e empresa: uma relação imbricada**. São Paulo: Direito GV, 2013.

BEZERRA, Marcelo. **A polaridade mundial e a visão do Brasil**. Moscou: Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia, 2016. Disponível em <www.iberioamericajournal.ru/sites/default/files/2016/2/bezerra.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2018.

BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. São Paulo: Ícone, 2011.

BRAGA, Yarraha da Costa e SILVA, Luis Cláudio de Jesus. **Terra Indígena Raposa Serra do Sol: as estratégias das ONGS indígenas no setentrão brasileiro**. Boa Vista: Revista de administração de Roraima, 2011.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: São Paulo em perspectiva, 2001.

COSTA, Cátia Miriam. **Think Tanks num mundo globalizado**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

ELÍBIO, Antônio Manoel. **Introdução às relações internacionais**. Palhoça: Unisul Virtual, 2006.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **ONG no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3266>. Acesso em: 15 de março de 2018.

FILHO, Nelson Rubens Coutinho; FRANÇA, Artur Rodrigues Soares de; PONTES, Bárbara Maia Lima Madeira. **O BRICS numa perspectiva multipolar: um estudo preliminar**. Natal: UFRN, 2015. Disponível em <<https://seminario2015.ccsa.ufrn.br/assets/upload/papers/0e34de469f3048185ea033d9cb695f8b.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Salvador: Caderno CRH, v. 21, n. 54, 2008.

_____. **Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONG nômades**. Bogotá: Universidad Central, 2004.

HABKA, Bruna Duarte. **O caso do algodão na OMC**. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

HARTMANN, Julio Cesar Facina. **Crime organizado no Brasil**. Assis: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, 2011. Disponível em <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0611230215.pdf>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOWLETT, Michael. **A Dialética da Opinião Pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas**. Campinas: Revista Opinião Pública, Vol.VI, nº2, 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil, 1996/2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ITO, Letícia Elena e SECCHI, Leonardo. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

KANT, Immanuel. **Idealismo e a Carta da ONU**. Curitiba: Juruá, 2008.

LESSA, Antônio Carlos. **Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

LOPES, Carlos Manuel Figueiredo. **O terrorismo transnacional e as novas guerras: impactos para as forças armadas portuguesas**. Pedrouços: Instituto Universitário Militar, 2017.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. **A geopolítica da guerra civil síria e suas implicações para o Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MACHADO, Hugo Gabriel de Souza Leão. **O processo de remilitarização do Japão no complexo regional de segurança da Ásia oriental**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica – Introdução ao Estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MAGNOTTA, Fernanda Petená. **Multipolaridade e multilateralismo: o G20 e a relação entre poder e governança no século XXI.** São Paulo: FAAP, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Penguin Companhia, 2017.

MARQUES, Guilherme Bez. **Velhos e Novos Atores: As Relações Internacionais de Vestfália ao século XXI.** Curitiba: Revista Ius Gentium, 2008.

MARTIN, Volker Fritz. **A União Europeia: desafios estratégicos, geopolíticos e diplomáticos na atual conjuntura multipolar – implicações da evolução das ameaças estratégicas na próxima década para a política de segurança.** Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2015.

MISSE, Michel. **Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** São Paulo: Publicaffairs, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato - Política Internacional.** Brasília: FUNAG, 2012.

RIBEIRO, Valeria Lopes. **A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico.** Rio de Janeiro: IE/NEI-UFRJ, 2010.

ROCHA, Frederico Pedroso. **A direita radical e as eleições europeias em 2014.** Lisboa: IPRI-UNL, 2014.

ROCHA, João Manuel. **Pistas para pensar as relações entre *media* e terrorismos.** Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública.** Rio de Janeiro: Revista de administração pública, 2009.

WEBER, Max. **A Política como vocação.** São Paulo: Cultrix, 1993.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.